

Situação da economia brasileira

José Carlos Freire

02 AGO 1991

A economia brasileira está tépida. Não há sinais de que a recessão esteja se aprofundando, mas nada permite inferir a retomada do crescimento do ponto de vista conjuntural e muito menos estrutural.

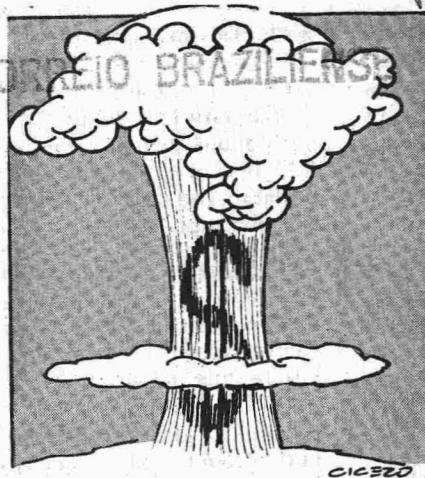
As empresas não estão investindo, a não ser na substituição de seus equipamentos indispensáveis ao seu funcionamento. A tarefa de estabilização está longe de terminar e há uma ameaça de nova escalada inflacionária. Há uma estabilidade precária. Todo mundo vê o crescimento dos preços e aumenta as pressões especulativas. A nova equipe econômica tem que administrar a saída gradual do congelamento. É preciso seguir regras de prudência, liberando os preços aos poucos. Os oligopólios, por exemplo, devem ser os últimos a terem os preços liberados.

A teoria econômica não tem resposta precisa para informar se haverá ou não hiperinflação. Se houver um controle fiscal e monetária adequado, a liberação de preços, salários e câmbio não provocará hiperinflação. O grande problema do Governo e dos dois planos Collor, é que o Governo não tem capacidade de se financiar na emergência de um déficit. O Governo tem dificuldades para colocar títulos da dívida pública, daí a criação do fundão.

A solução seria o Governo recuperar a capacidade de se financiar. Mas, como? O fluxo de poupança externa é desfavorável. Por outro lado, os títulos públicos têm dificuldades de serem colocados no dia-a-dia. Sobra então a via tributária. O aumento de impostos é difícil, pois as alíquotas já estão muito elevadas. O Governo pode eriar um imposto sobre o patrimônio ou uma faixa mais alta do imposto progressivo para pessoas físicas, mas não conseguirá gerar receitas de grande importância.

O melhor seria um programa para combater a evasão fiscal, que depende de uma reforma administrativa competente.

A reforma administrativa do governo Collor, a nosso ver, vem sendo realizada adequadamente, com alguns pequenos pecados na área de pessoal. Por outro lado, a equipe econômica atual pretende fazer uma



reforma tributária reduzindo o número de impostos, sem alterar a carga tributária. A diminuição do déficit público vai depender da privatização das empresas públicas, que hoje está em ritmo lento.

Convém ainda salientar que o fluxo de poupança externa é desfavorável, os capitais se passam do Brasil para o exterior e não do exterior para o Brasil. Os investidores brasileiros no exterior, oficiais registrados pelo Banco Central, sem considerar o mercado paralelo, foram bem superiores aos recursos que ingressaram no Brasil. Houve recorde na remessa de lucro. Isso torna claro que o Brasil está com um fluxo altamente negativo com as agências de crédito oficiais: — O Banco Mundial, o Clube de Paris, o BID, etc.

O orçamento da República não contempla recursos para investimentos, então, a perspectiva de investimento é pequena. Internamente, no setor privado, não há confiança na moeda nacional. A confiança na moeda nasce na comparação com outros ativos financeiros internos e externos. Ninguém confia em títulos públicos e não especulam no ouro ou no dólar a curto prazo, porque o Governo opera nesses ativos (a antiga equipe). Dessa forma, a antiga equipe econômica do governo generalizou a desconfiança.

Precisamos administrar a economia com o mínimo de confiança. Acontece que a equipe anterior todo dia tomava alguma medida nova para reagir a alguma coisa. Isso, só fazia aumentar a inestabilidade. A nova equipe, a nosso ver, vai ter um pragmatismo

na negociação da dívida externa e vai usar a política fiscal e monetária de forma adequada. Isso, sem falar que vai manter uma certa estabilidade institucional.

Acontecendo o comportamento que estamos prevendo, não haverá risco. Haverá um ajuste monetário fiscal para que se possa retornar ao crescimento econômico auto-sustentável.

Do ponto de vista inflacionário, vai se tentar reduzir ao máximo a inflação.

Do ponto de vista das exportações, fazemos uma política de reservas e não de câmbio.

Podemos até compreender que o Governo tenha dificuldade de reajustar a taxa cambial, devido às pressões inflacionárias dela decorrentes. Entretanto, a antiga equipe econômica ao deixar defasada a taxa de câmbio de 15 por cento a 20 por cento, agravou as exportações:

1º — porque os custos industriais e agrícolas subiram com o tarifaço. Muitas empresas estão exportando com prejuízo para manter o mercado;

2º — porque o dólar se valorizou no mercado internacional;

3º — a demanda dos dólares correspondentes à dívida externa continua fora do mercado. De maneira que vender dólar com "spread" de dez por cento não dá lucro e sim prejuízo.

O congelamento da poupança destruiu a confiança na moeda nacional, mas também destruiu as exportações pela defasagem da taxa de câmbio e tornou muito mais difícil o ajuste do câmbio.

De 1964 a 1984, o Brasil era um dos países mais dinâmicos na exportação, era o 9º colocado. Hoje, é o 25º colocado.

Parece-nos que o Governo compreendeu o problema e mandou para o Congresso um projeto de lei de estímulo à exportação, bem como a nova equipe econômica vem reajustando de forma gradual a taxa de câmbio.

Sabe muito bem o ministro Marcílio que precisa exportar para o País crescer, inclusive pagar a dívida externa e atrair capitais.

■ José Carlos Freire é economista e diretor-geral do Dasp